

**BREVE REFLEXÕES ACERCA DAS IMAGENS DOS AFRODESCENDENTES E
DOS POVOS INDÍGENAS NA PERSPECTIVA DO LIVRO DIDÁTICO DE
GEOGRAFIA SOB A LUZ DA LEI 11.645/08**

Valéria da Silva Rego de Castro*

Ana Paula Squinelo**

RESUMO

Os resultados parciais dessa pesquisa têm como objetivo uma breve reflexão acerca das imagens dos Afrodescendentes e Povos Indígenas, retratados nos livros didáticos dos anos finais do ensino fundamental do 6º ao 9º ano, distribuídos nos PNLD (2017,2018,2019) da disciplina de Geografia, adotados na maior parte da rede estadual de ensino da cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Para tanto, buscou-se responder as seguintes questões: quais os temas que envolvem a Lei 11.645/08 das Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Culturais? Como é trabalhado as questões de preconceitos que envolvem estes povos? Tendo suporte teórico na fundamentação dos autores, Bittencourt (1997) Chartier (1990) Choppin (2000) Squinelo (2018) entre outros.

Palavras-chave: Lei 11.645/08. Geografia. Livros didáticos. Ensino Fundamental.

ABSTRACT

The partial results of this research have as objective a reflection on the of the images of Afrodescendants and Indigenous Peoples, portrayed in the textbooks of the final years of elementary education from the 6th to the 9th grade, with PNLD (2017,2018,2019) of the discipline of Geography, adopted in most of the state education network of the city of Campo Grande, Mato Grosso do Sul. In order to do so, the following questions were sought: what are the themes that involve Law 11.645 / 08 of the National Guidelines for the Cultural Ethnic Relations? How do you deal with the issues of prejudice that involve these peoples? Having theoretical support in the authors' foundation, Bittencourt (1997) Chartier (1990) Choppin (2000) Squinelo (2018) among others.

Keywords: Law 11.645 / 08. Geography. Didactic books. Elementary School.

* Professora da rede municipal de Campo grande, MS. Acadêmica do curso de Licenciatura em Geografia, da UEMS. Acadêmica do curso de pós-graduação de História da UFMS.E-Mail: valleria316@gmail.com

** Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Docente do Mestrado Profissional em Ensino de História (PRO História/UFMT). Pós-Doutora em Ciências da Educação – Especialidade de Educação em História e Ciências Sociais (Universidade do Minho/Portugal). Líder do Grupo de Pesquisa “Historiografia e Ensino de História”. E-mail: apsquinelo@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo investigar as representações das imagens dos Afrodescendentes (pessoa negra) e Povos Indígenas, nos livros didáticos, com base dos conceitos e concepções históricas e sociais, na atribuição de recursos metodológicos em sala de aula, na perspectiva da Lei Federal Nº11.645/08, direcionadas aos estudos das Relações Étnico-Raciais, concernentes ao ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, pois o atual contexto da legislação educacional vigente requer obrigatoriedade de tal especificidade.

Para tanto, os objetos de estudo desta pesquisa, serão os manuais didáticos da disciplina de Geografia, dos anos finais do ensino fundamental, aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) utilizados nos anos de (2017, 2018 e 2019) – Expedições geográficas, 2ª edição, São Paulo, 2015, editora Moderna, sendo utilizados em algumas escolas da rede estadual de ensino da cidade de Campo Grande – Mato Grosso do Sul.

No caso da disciplina de Geografia, que assume o papel educativo pertencentes as questões de formação, conhecimento/reconhecimento espacial cidadã do sujeito aprendiz, dentre outras categorias de estudos, cabe uma análise crítica do espaço em que a sociedade interage, e que também caminha com a inserção dos conteúdos inseridos na Lei 11.645/08, que são inerentes, acerca do processo formativo de amplitude educacional, a partir da contextualização de leituras reflexivas, particular a cada pessoa/grupo, referente a legislação em respeito à nossa diversidade, que de acordo com Chartier, (1996, p. 98) reforça que existem diversas possibilidades de ler e compreender um texto, fazendo se necessário “reconhecer a pluralidade das leituras possíveis do mesmo texto, em função das disposições individuais, culturais e sociais de cada um dos leitores”.

Essa sistematização de rotina de leitura, favorece aos educandos, melhor apropriação, entendimento e circulação das informações que visam fomentar as questões relativas a valorização das multiculturas, na qual simboliza a nossa sociedade miscigenada. Tendo como proposta didática, sensibilizar esses formandos no combate de diversos preconceitos, que despreza, exclui a determinados grupos, especificamente os Afrodescendentes e os povos indígenas, que ainda segregados, decorrentes das intolerâncias, no próprio ambiente escolar, abdicam do processo de formação educacional, e que a posteriori, são submetidos a enfrentar outros desafios, na atual conjuntura econômica e social do nosso País, no total enfrentamento de obstáculos no processo de empregabilidade (MILTON SANTOS, 2006) em um percurso longo a ser percorrido e disputado pela lógica de sobrevivência, em um mundo de totalitarismo, globalismo, perverso e desigual.

2 LIVRO DIDÁTICO: HISTÓRIA E PESQUISA

O surgimento do livro didático, perpassa por renovações, desde a invenção do papiro, pergaminho, usados por séculos, no qual o homem pelo ato do trabalho, transforma a natureza e a si próprio, buscando sobreviver, se apropriando dos conhecimentos retratados historicamente, tendo um marco especial na Idade Média, após a invenção da máquina e da imprensa, contribuindo assim, para a fluidez de inúmeros registros, disseminações das informações e comunicações a longa distância. Entretanto, foi no século XVIII, devido a Revolução Industrial, de efeitos intensificados pela persuasão do capitalismo, que o livro didático, ganhou maior circulação e forma tecnológica, impulsionado pela expansão da globalização.

Para Choppin (2000) durante o século XVI, a educação ainda não era disseminada em todo o continente europeu, e o acesso aos livros era limitado e diferente dos livros de hoje, pois os mesmos eram compostos de imagens em preto e branco. No Brasil, no século XVIII, assim como a educação, os livros eram de domínio da Igreja, que propagava discursos religiosos em toda o processo de ensino e aprendizagem.

Apenas no século XIX, conforme a luz do historiador francês Jean-Yves Mollier, determinado pelo ministério da instrução pública da França, assinalou uma resolução em 29 de janeiro de 1890, determinando a distribuição dos manuais escolares, em sala de aulas primárias, e “A partir de então, em princípio, nenhum aluno escaparia à escolarização e à aculturação pelo livro” (MOLLIER, 2008, p. 61).

Ademais, diante do histórico dos livro didático, e suas especificidades, observamos que este objeto, encontra-se atrelado de informações no âmbito do contexto social, sob intenções adversas, que no entendimento de Chartier (1990, p. 17) “[...] não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”. Deste modo, independentemente, da questão relacionada à definição de sua autoria, não se pode conceber o livro didático, como uma única referência de representatividade cultural e histórica.

Na maioria das vezes, os autores condicionam a construção de um livro até a sua finalização, e sua circulação para a comercialização deste produto, que chega ao leitor que o atribuirá a sua máxima importância.

Percebe-se, que a pesquisa do livro didático, tem-se tornado alvo intrínseco aos pesquisadores, que absorvem questões relativas para melhor formação dos estudantes do ensino básico, sendo este um instrumento ambíguo, porém de suma importância para a transmissão da

história e a cultura afro-brasileira e indígena. Para Choppin (2004, p.552) a forma pela qual ocorre a pesquisa de um livro didático, não é inerente a este objeto, pois sua complexidade, depende do contexto no qual este se insere, sua produção e utilização, tomando o cuidado para o seu papel de instrumentalização tanto de controle como de poder.

Segundo Fernandez (2009. Apud SQUINELO, 2018, p.4) os manuais didáticos, “Ocupam, igualmente, um lugar destacado dentro de los instrumentos de los que se dotan las sociedades alfabetizadas para difundir estereótipos mentales e ideologias de diversa espécie”. É neste contexto que compreende-se que o livro didático está tomado de ideologias, mas não escapa a forma pelo qual participa da cultura escolar, papel que o torna referência para periodizar não somente os conteúdos e estudos que balizam as metodologias das práticas das disciplinas escolares, além de acompanharmos os aspectos que envolvem as mudanças no contexto em que este se insere.

2.1 O ensino de Geografia e o livro didático

A partir do século XVIII e XIX os estudos em Geografia tinham como base a relação do homem com o meio, sendo através dos seguintes estudiosos Emanuel Kant, Alexander Humboldt, Carl Ritter, que promoveram diversos discursos ao longo desses anos, e assim, conduziram novos estudos, corroborando com uma “Nova” Geografia, na qual a categoria paisagem deixa de ser estudada como elemento de agregação (MOREIRA, 2014).

Em 1970, surge um novo momento histórico, caracterizado pela chamada Geografia Crítica, que proporcionou novas reflexões em relação ao ensino da Ciência geográfica, propondo uma ruptura com os pensadores de outrora, pois o mundo carregado de transformações, conforme a visão de Santos (2012, p. 70), “A modernização da agricultura, a dispersão industrial introduz formas novas de organização espacial”.

É através desses embates e diálogos que a Geografia se tornou com uma visão mais crítica com análise de um contexto mais amplo, sob o ponto de vista do trabalho humano e sua produção. Santos (2012, p. 96 -97), considera que “O homem é ativo. A ação que realiza sobre o meio que o rodeia para suprir as condições necessárias a manutenção da espécie, chama-se ação humana. Toda ação humana é trabalho, e todo trabalho é trabalho geográfico”.

Vensentini (2004), afirma que “[...] com o advento da Terceira Revolução Tecnológica o sistema de ensino tem que se adequar à nova realidade”. Oferecendo um pensamento crítico buscando as mudanças sob todos os pontos de vistas, ou seja, rever os conceitos, ideologias e procedimentos metodológicos, indo de encontro aos fatos reais e interagindo com todo o processo de uma Geografia renovada inserida no contexto social.

Esses aspectos podem ser também dialogados no pensamento de Pereira (1999, pp. 40-41) “A divisão do trabalho científico na sociedade ocidental acompanha a divisão de trabalho social, pois o processo de desenvolvimento da sociedade acarreta a divisão extrema, essa fragmentação exige ao mesmo tempo uma divisão no plano teórico”.

Na perspectiva atual do ensino da Geografia a concepção de estudar o espaço geográfico engloba diversos elementos que quando relacionados em conjunto desmistificam o estático, conforme a luz de Milton Santos (1997, p 51) “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente[...]”

Pensando na rapidez dessas mudanças nos últimos tempos é que a escola se encontra diante de novos desafios, através dos impactos e adequações mediante a tantas transformações, mais do que nunca a Geografia deverá ser a disciplina principal em questionamentos, reflexões pois a mudança que ocorre no mundo é alvo de estudo desta disciplina. Conforme aponta Vensentini (2009)

Toda proposta ou filosofia pedagógica, tem que se adequar a realidade da escola, dos alunos, do meio social, onde eles vivem. Essa adequação não consiste num procedimento simples e sim numa recriação, num processo complexo no qual ideias de uma filosofia com frequência se imiscuem com noções ou orientações oriundas de outras – ou advindas de conhecimentos práticos, da experiência de docentes no processo educativo. (VENSENTINI, 2009, p.7)

Hoje, a Geografia é trabalhada no ensino fundamental abrangendo os aspectos da inserção do homem com o meio e assim valoriza a formação dos estudantes nas trocas de diálogos, reflexões para o preparo com as relações políticas, econômica, ambientais, preparando o estudante ao longo da sua formação e quem sabe daí não surgem novas abordagens como ocorreu com o momento do “nascimento” da Geografia crítica nos meios respectivamente dos níveis de ensino Fundamental e médio.

2.2 Dados da escola responsável pelos empréstimos dos livros didáticos para esta pesquisa:

A Escola Estadual Professor Carlos Henrique Schrader é mantida pelo Governo Estadual de Mato Grosso do Sul, foi fundada no governo de Pedro Pedrossian, criada em 21 de fevereiro de 1986, pelo Decreto Estadual N° 3469 sendo publicado em Diário Oficial nº1762 em 24 de fevereiro de 1986. A mesma encontra-se integrada no Município de Campo grande, na região Centro Norte da cidade, no bairro Tiradentes.

A unidade escolar é constituída por um público oriundos de diversas localidades, sendo a maioria das famílias, com formação incompleta do ensino fundamental, e participantes dos benefícios do Programa Bolsa Família. Possui em seu quadro de estudantes matriculados

muitos alunos provenientes da comunidade indígena urbana: Marçal de Souza, composta das Etnias Guarani, Kadiwéu, Kaiowá e Terena. Atendendo ao dispositivo da Constituição Federal de 1988, que no seu capítulo III, Art. 205 decreta que “A educação é um direito de todos e dever do Estado [...]”. Nota-se que através desse processo a escola passa a oferecer um entrelaçar de ricas culturas.

2.3 Debates teóricos: Escravidão e as questões Indígenas, sob olhar Geográfico

Dentre todos os fatores que envolvem a história e formação territorial do Brasil, é notório que a categoria Escravidão tem como referência os estudos que assim essencialmente, teve como pilar a formação desta nação brasileira, para isso, tomamos conhecimento das ideias do escritor, Caio Prado Júnior, em suas obras intituladas: História Econômica do Brasil e Formação do Brasil Contemporâneo.

Tomando esse critério como base histórica, Prado Júnior (2000), aponta que o trabalho de exploração, servidão e atividade de subsistência, não foram aceitos facilmente pelos povos indígenas que aqui habitavam, que repudiaram os domínios dos colonos, abandonando os povoados, embrenhando-se nas matas brasileiras, formando novas trilhas, na tentativa de manterem-se vivos, pois os mesmos conheciam muito bem o território brasileiro, eram povos nômades, viviam da caça e da pesca.

O que nos remete, compreender a atual situação de segregação desses povos no Brasil, sem perspectivas de melhorar a condição de vida, encontram-se excluídos, submetidos a trabalhos escravos, em circunstâncias debilitadas, em constantes lutas por suas terras, reflexo da formação histórica, social e política, na qual os colonizadores europeus deixaram de herança para essas Etnias.

Apesar disso, a Lei Áurea, não constituiu propriamente o fim da Escravidão e sim uma articulação no âmbito político e social neste período (Alencastro, 2018) favorecendo as classes dominantes, dando ênfase ao latifundiário. Com a liberdade decretada por lei, muitos negros se viram sem ter para onde ir e muitos voltaram para o seu antigo “dono”, outros se viram obrigados a procurarem um espaço para construir moradias, sendo levados à periferia das cidades e dando início ao processo de favelização. O Estado ofereceu a liberdade, mas não criou políticas públicas direcionadas a este grupo que, sem nenhuma instrução ou profissão, foram colocados à margem da sociedade que não os via mais como mão-de-obra útil, trazendo imigrantes europeus para trabalhar nos cultivos.

Ainda segundo Fernandez e Gomes (2006, p. 115)

Apesar de ser um final triste para um homem que deveria ser considerado um herói, é importante não desanimar e não pensar que a história da resistência negra está fadada ao fracasso. Pelo contrário, a herança de coragem, força e organização que os nossos ancestrais africanos e negros brasileiros deixaram é digna de orgulho e deve ser contada e recontada.

Para o geógrafo Milton Santos, em sua obra intitulada *A natureza do espaço*, a Escravidão deixou suas marcas culturais e políticas, que culminaram para os modelos cívicos, e encontra-se revestida na técnica, tecnologia e globalização, que mais uma vez, está a serviço da hegemonia do Capital. Sendo assim, Santos (2006) aponta que:

O casamento da técnica e da ciência, longamente preparado desde o século XVIII, veio reforçar a relação que desde então se esboçava entre ciência e produção. Em sua versão atual como tecnociência, está situada a base material e ideológica em que se fundam o discurso e a prática da globalização. (SANTOS, 2006, p.115)

Com base na historicidade da colonização do Brasil, as pesquisas de Prado Junior (1907-1990) Santos(1926-2001), e Moreira (2014) em relação a categoria tempo-espaço, salienta que a Escravidão ainda não foi extinta, ficou como herança dos séculos passados, revestida, com uma nova terminologia, Escravidão de servidão” centro-metrópole, da atual, dependência externa, Brasil-Europa, cuja a nomenclatura vem ganhando diversos embates na legislação brasileira, de “trabalho escravo”.

3 CONSIDERAÇÕES DO GUIA DO PNLD(2017,2018,2019) – DO LIVRO EXPEDIÇÕES GEOGRÁFICAS.

O PNLD objetiva uma política nacional impulsionada nos anos 90, para a realização das distribuições de livros didáticos nas escolas, sendo que, em 1929, já havia sido criado, o Instituto Nacional do livro (INL), que funcionou a partir de 1934 no governo Vargas, com ênfase de estimular e formar leitores, atualmente, de acordo com o Ministério da Educação e Cultura, (MEC, 2019):

A execução do PNLD é realizada de forma alternada. São atendidos em ciclos diferentes os quatro segmentos: educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Os segmentos não atendidos em um determinado ciclo, recebem livros, a título de complementação, correspondentes a novas matrículas registradas ou à reposição de livros avariados ou não devolvidos.

Esse processo de seleção e logística para o uso desses livros nas escolas, requer responsabilidades do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo assim, as escolas precisam se inscrever no programa do PNLD e também favorecer a votação em colegiado para cada coleção didática apresentada sendo estes abertos em editais específicos.

Ressalta-se que o intuito desta pesquisa não é o aprofundarmos em questões políticas e de cunho comercial dos livros que estão sendo investigados.

E sim nas descrições das obras didáticas, totalizando um conjunto de quatro livros para as séries finais do ensino fundamental, 2ª edição, São Paulo, 2015. A seguir uma sucinta abordagem dos sumários dos conteúdos das obras didáticas, componente curricular: Geografia.

O livro do 6º ano - apresenta 264 páginas, com eixos temáticos: Orientação e localização no espaço geográfico; Elementos básicos da cartografia; Aspectos físicos da Terra; evidenciando os aspectos internos e externos do modelado terrestre, Clima e vegetação natural; Extrativismo e agropecuária; Indústria, assim como atividades da sociedade e espaço geográfico.

O livro do 7º ano - possui 280 páginas, aborda em seu percurso os temas: O território brasileiro; A Constituição da população brasileira; Brasil: da sociedade agrária para o urbano-industrial; Soluções de problemas sociais e ambientais, Região Norte; Região Nordeste; Região Sudeste; Região Centro-Oeste.

O livro do 8º ano - possui 296 páginas, está organizado nas seguintes unidades: A população Mundial; diversidade e regionalização; Oceanos; Mundo Global: mapas e ilustrações, América: natureza e herança colonial; Relações históricas, econômicas, culturais e diplomáticas entre o Brasil e os Países americanos.

O livro do 9º do ano - possui 288 páginas, com destinos da diversidade mundial, Geopolítica e organizações internacionais; População e desafios globais; Europa: diversidade e integração; CEI e a questão energética russa; As grandes economias da Ásia; Oriente Médio; África: heranças, conflitos e diversidades; Oceania e Regiões Polares, com propósitos de ampliar o conhecimento dos educandos e promover a reflexão para um mundo melhor.

Os Autores responsáveis pelas edições, dos expostos livros didáticos, de interesse desta pesquisa, são da responsabilidades de: Melhem Adas¹ e Sérgio Adas².

4. DESCRIÇÕES DAS IMAGENS DOS MANUAIS DIDÁTICOS – EXPEDIÇÕES GEOGRÁFICAS

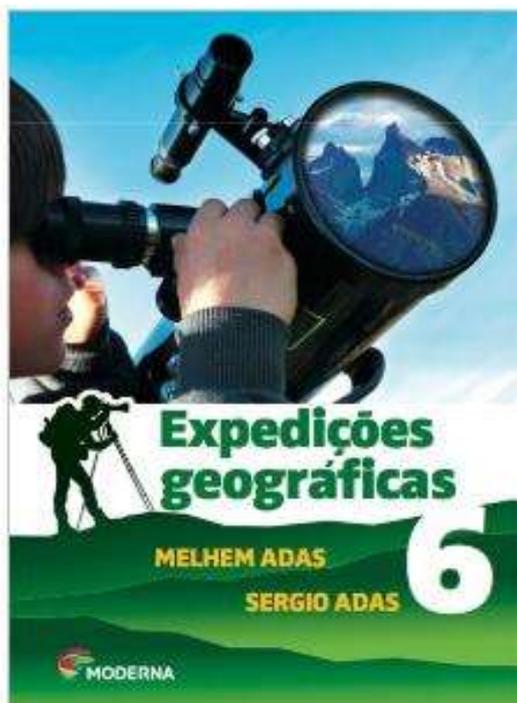
Em cada momento histórico no contexto da escolarização positivista, nota-se que o livro didático, elaborado nos padrões dos antigos, adquiriu especificidades. Pode-se dizer então que o livro didático é um recurso para a prática de ensino e aprendizagem e importante instrumento para assimilação de conteúdos elaborados para esta finalidade, cabendo ao professor, ir além, uma vez que a disciplina de Geografia, busca reflexão e interação, homem e sociedade.

Em vista disso, Choppin (2009) esclarece que:

Em última instância, o manual, sob suas diversas denominações, é progressivamente um objeto planetário: ele se impôs no mundo, pelo viés da evangelização e da colonização, adotado pela maior parte dos países de sistemas educacionais e de métodos de ensino inspirados no modelo ocidental. O "manual" é, portanto, frequentemente designado por termos que são a transcrição, a tradução ou a transposição das designações as mais comumente utilizadas nos países desenvolvidos. (CHOPPIN, 2009, p.25)

Em virtude da historicidade da gênese do livro didático, não há dúvidas de que este material está fortemente consolidado no cotidiano escolar. Para Chervel (1990) o livro didático, nem sempre contempla os pressupostos das matérias, muitas vezes, ainda impregnados e tendenciosos de pensamentos dos antigos sistemas, sobretudo pulverizado de poder, não conseguem acompanhar o ritmo das mudanças da atual sociedade e ainda, cria inquietações e lacunas.

Figura 1 - Capa do Livro didático – 6º ano



Editora Moderna

Autor: Melhem Adas, Sérgio Adas

Edição: 2ª Edição

Formato: Impresso

Disciplina: Geografia

Indicação: 6º Ano (EF2)

Dimensões do produto: 20,40 X 27,80

Número de páginas: 264

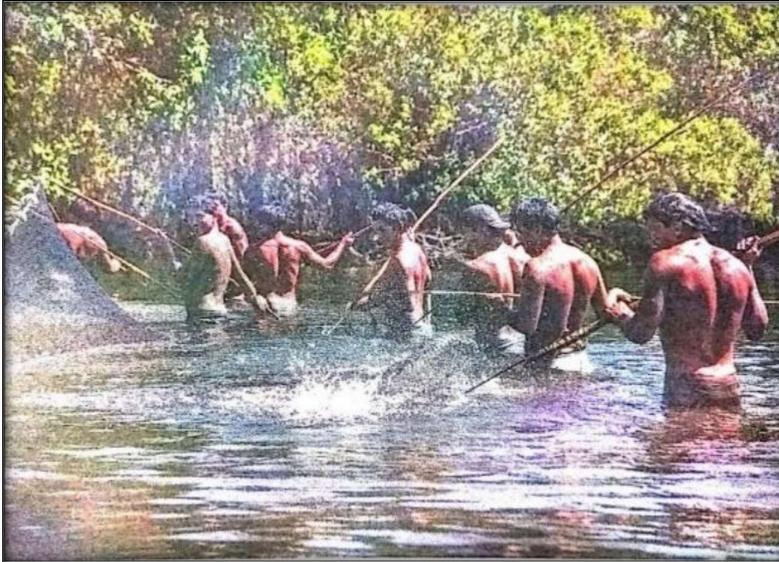
ISBN: 9788516100131

Fonte: livro didático – 6º ano

Logo na apresentação de cada livro desta coleção, os autores convidam aos estudantes para uma viagem de novas descobertas, entretanto, fazem um pedido a estes, para que todos fiquem atentos as devidas orientações dos professores com a intenção de aproveitarem os percursos das unidades de estudos e que assim possam desenvolverem o gosto pelas questões políticas, econômicas, sociais e culturais e ambientais, no intuito de desenvolverem o desejo de construir um mundo melhor para todos.

Na Unidade 7 – Percurso 25 – O Extrativismo

Figura 2 - Pesca realizada por indígenas da Aldeia Kamayurita



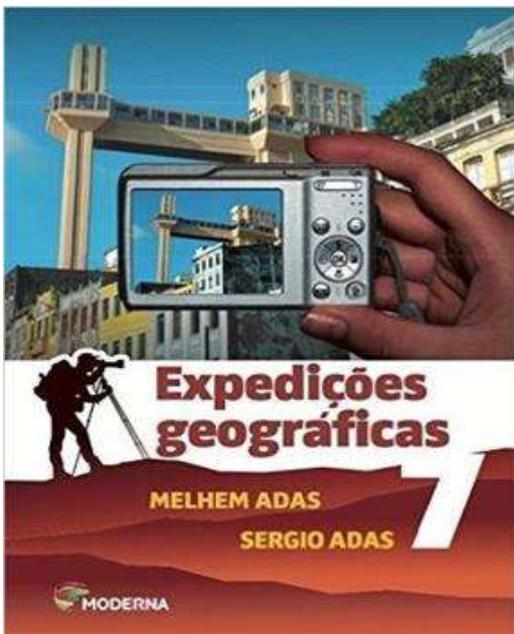
Fonte: Livro didático – 6ºano – p.(211)

A realização da pesca nos rios e lagos pelos povos indígenas da Aldeia Kamayurá, no parque do Nacional do Xingu – Mato Grosso em 2014. Embora o livro mencione também a pesca na atual atividade extrativista com o uso das tecnologias exemplificando os navios modernos e equipados.

No Brasil foi criada nos anos de 1990, em Xapuri, na região da Amazônica uma reserva extrativista (Resex) que homenageia o seringueiro e ambientalista Chico Mendes, destinados a estas populações especificamente, e que o livro não adentra nos pormenores em relação histórica da utilização da mão de obra escrava, quais os grupos que efetivamente foram os pioneiros e de que forma ocorreu tal desempenho, sobretudo vindo da região nordeste, grupos estes, que adquiriram o conhecimento das técnicas de extração do látex da seringueira através dos conhecimento passados pelos indígenas que já ocupam esse território. Logo adiante, segue um texto descritivo sobre a importância da importância que essa técnica de atividade extrativista possibilitou ao desenvolvimento econômico da Europa, porém também nas causaram um desastroso problemas ambientais e desequilíbrios nas chamadas florestas temperadas, subtropicais, localizadas na América do Norte, que contribuíram com a força do trabalho, assim como, para a transformação cultural, social e histórica, diante da acumulação de riquezas desiguais (MILTON SANTOS, 2006) de tamanha complexidade.

No percurso 26 – A discussão gera em torno do extrativismo mineral, mais um tópico que abrange as práticas de extração dos recursos naturais, visando abastecer as indústrias metalúrgicas, pouco conotação do trabalhador e sua função, com ênfase nos mercados transnacional e multinacional dos países ricos que possuem pleno domínio em recursos tecnológicos

Figura 3 - Capa do Livro Didático - 7º Ano



Autor: Melhem Adas, Sérgio Adas

Edição: 1ª Edição

Formato: Impresso

Disciplina: Geografia

Indicação: 7º Ano (EF2)

Dimensões do produto: 20,40 X 27,50

Número de páginas: 280

ISBN: 9788516071318

Fonte: Livro didático – 7º ano

Tendo como referência o Percurso 8 - A diversidade Cultural e os Afro-brasileiros, segue abaixo a Fig.(4) – que retrata o nosso país de constituição miscigenada, e que o livro justifica no decorrer do texto a participação das religiões, músicas, danças, alimentações e arquitetura, que promoveram para grande diversidade cultural do nosso povo, entretanto, não conseguimos observar a referência da Lei 11.645/2008 em todo este percurso que correspondem as páginas de 66 a 73 encerrando com propostas de atividades.

Figura 4 - Indígenas em manifestações por demarcação de terras



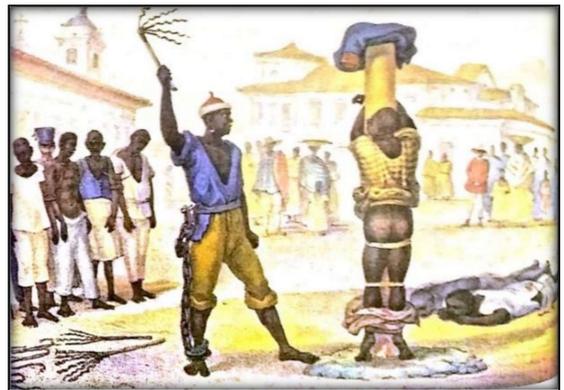
O livro resgata também a participação das comunidades remanescentes de quilombos – que tratam das desigualdades: entre negros e não negros, desde o século XVI, que foram a principal mão de obra em atividades econômicas do Brasil, em seguida descreva sobre a participação das ações afirmativas para promoção de Igualdades das pessoas e melhores condições de vida.

Fonte: livro didático – 7º ano – p(67)

Em relação a imagem dos indígenas lutando pelos seus direitos a demarcação de terras Fig.(4) ainda que de forma resumida, promove a reflexão sobre os aspectos culturais e não pessoais dos escritores desses manuais. Nesse sentido, identifica-se um mecanismo através do qual certas representações sociais sobre os indígenas circulam e se renovam uma vez que os manuais didáticos, dentre outros aspectos, são importantes veículos portadores de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura (BITTENCORT, 1997, p. 72).

Figura 5 - Aplicação do castigo do acoite (1834), Gravuras de Jean-Baptiste Debret (1768-1848)

A imagem ao lado Fig.(5) demonstra a aplicação do cruel castigo senhorial (as chibatadas) para a manutenção da ordem, em que tanto os negros, como os Indígenas, eram submetidos as condições brutais no período da escravidão no Brasil

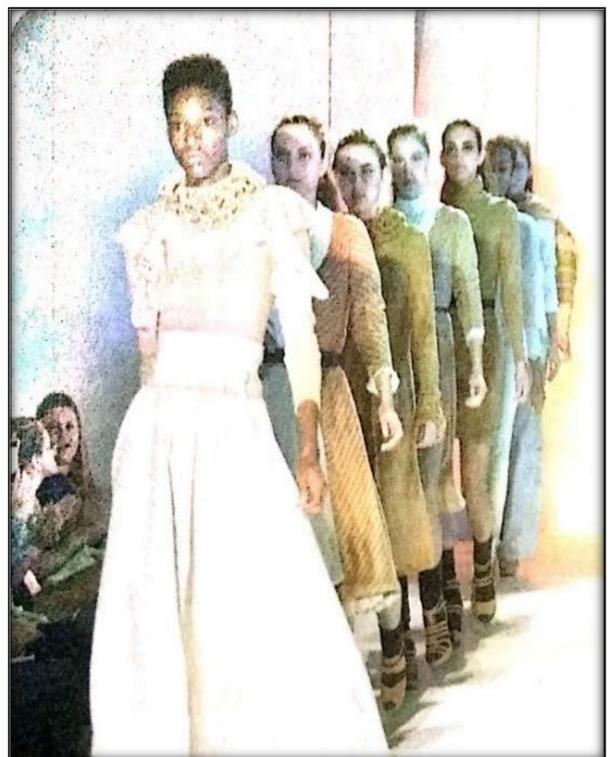


Fonte: livro didático -7º ano – p.(68).

Fig.(6) mulher Negra desfilando

Na Unidade 5 – Percurso 18, o livro relata a localização e as condições naturais do agreste brasileiro, enfatiza os séculos XVI e XVIII, devido ao desenvolvimento e cultivos dos gêneros agrícolas (alimentícios) principalmente na zona da mata com a produção da cana de açúcar, e destaca o algodão, que alavancou a comercialização de roupas e sapatos a produção à serviço do mercado Europeu.

Ao retratar esse empreendimento comercial, o livro nos reporta a imagem de um desfile de modas, Fig.(6) cuja as roupas são confeccionadas em algodão coloridos, apresentado durante o evento Rio-à-Porter, em 2011.

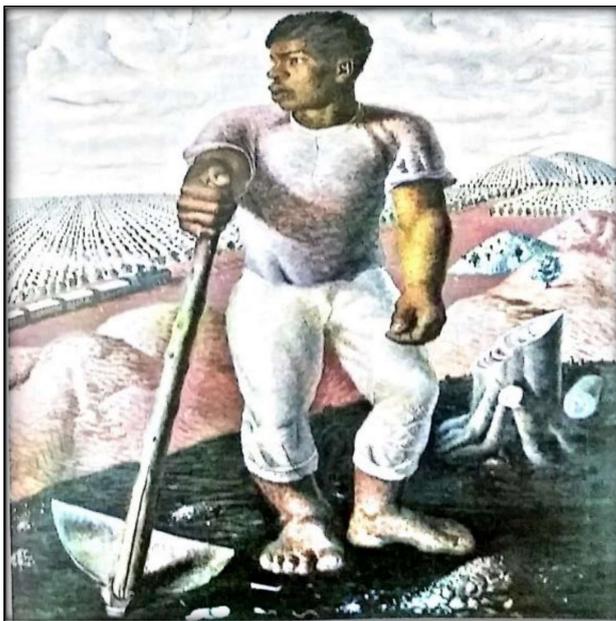


Fonte: livro didático – 7º ano – p.(155)

A primeira imagem apresentada neste manual didático em referência a mulher negra com destaque à frente de outras mulheres não negras, caracterizando uma grande conquista desse gênero, em meio a tantas adversidades.

Em seguida a imagem na Fig.(7) direcionada a proposta de atividade na página 205, da reprodução do quadro do pintor Candido Portinari (1903 – 1962) de um escravo trabalhando na agricultura com o uso de uma enxada, com as seguintes proposição para que os estudantes do 7º ano possam refletir, sobre as causas e produções históricas da produção do café, assim como a mão de obra escrava, tendo em vista, os temas abordados desde o percurso 23 sobre a região Sudeste, do ponto de vista da cafeicultura e a organização do espaço, Orientando a estes estudantes a explicarem: Quais relações de trabalho e a mão de obra dos cafezais antes e depois da abolição da escravidão.

Figura 7 - O lavrador de café, 1933



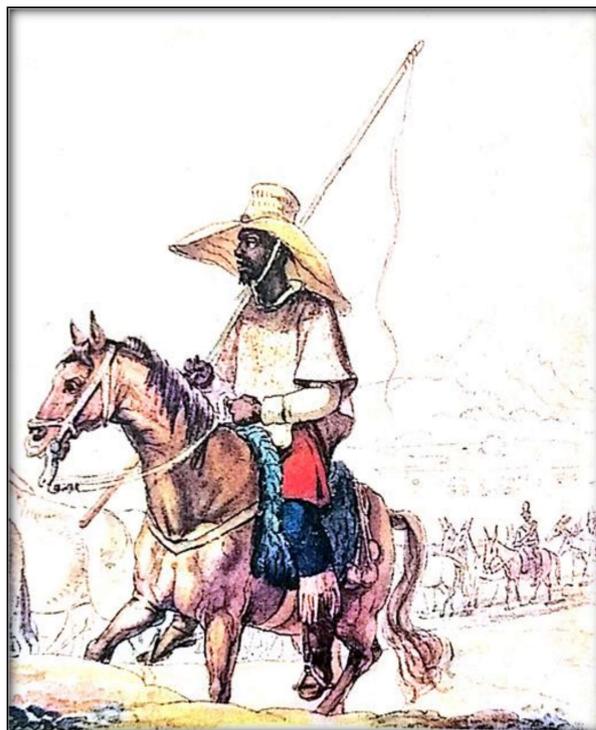
Fonte: livro didático – 7º ano – p.(205)

É importante, o professor de Geografia, promover um diálogo ou até mesmo uma pesquisa mais relevante para o entendimento da expansão da cafeicultura, planta de origem africana. Observa-se poucas imagens em relação aos afrodescendentes e as etnias indígenas, e sim a lógica da relação econômica de exportação de mercadorias, suas rotas, delimitando a imagem e participação dos povos afrodescendentes e indígenas.

Ao iniciar este percurso nos deparamos com a ocupação europeia desta região, no século XVII, mencionando a redução dos jesuítas, por padres espanhóis que favoreceram a catequização dos indígenas, além das invasões dos bandeirantes na região de São Paulo.

Figura 8 - Escravo Negro conduzindo tropas.

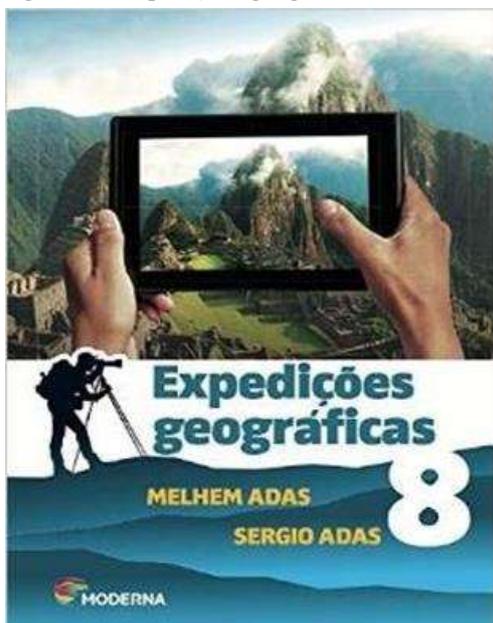
A Imagem Fig.(8) tropeiros, deslocavam-se por longas distancias, do sul para o norte. E também a articulação do sul com Minas gerais, com a participação da mão de obras de africanos e açorianos, portugueses que vinham das principais ilhas de açores, assim como participação dos indígenas e espanhóis, fato este muito importante para que os professores de Geografia possam dialogar nas questões de raízes culturais, pois a miscigenação desses povos, contribuíram para originar os gaúchos.



Fonte: Livro didático – 7º ano – p. (218)

Em seguida, na página 223, segue as propostas para realização de atividades, e mais uma vez, é questionado a questão de miscigenação dos povos da região Sul. O que torna-se interessante e para a oportunidade de retomarmos os fatores históricos e culturais do processo relativos a nossa cultura.

Figura 9 – Expedições geográficas



Autor: Melhem Adas, Sérgio Adas

Edição: 2ª Edição

Formato: Impresso

Disciplina: Geografia

Indicação: 8º Ano (EF2)

Dimensões do produto: 20,40 X 27,80

Número de páginas: 296

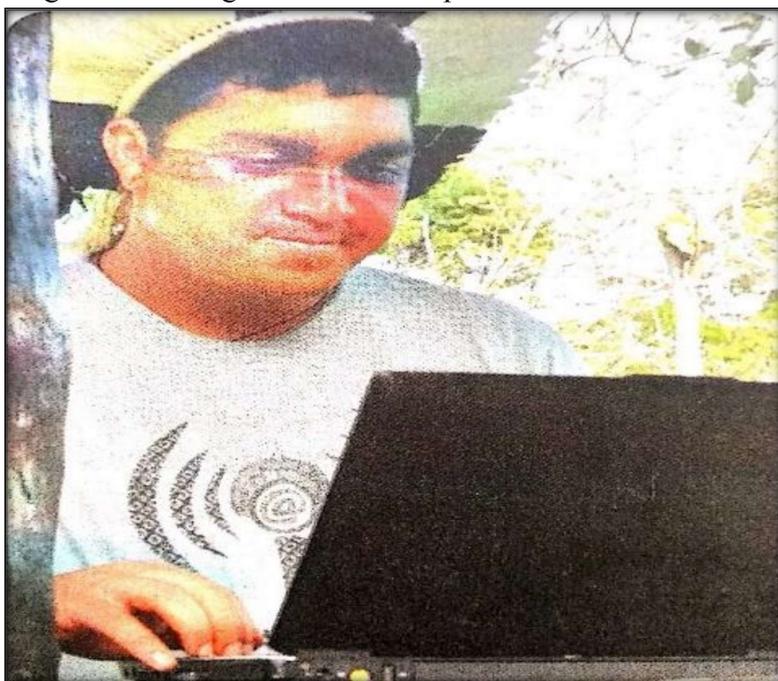
ISBN: 9788516100179

Fonte: Livro didático – 8º ano

Em virtude desse percurso, encontramos a imagem da Fig. (10) que segue logo abaixo, apenas como proposta de atividades que retratam o uso das tecnologias por indígenas, que o confere de acordo com a ilustração uma rede de diálogos intercultural, formada pelos povos Kiriri, Tupinambá, Pataxo-Hãhãhãe e Tumbalalá da Bahia, os Xucuraru-Kariri e Kariri-Xocó de Alagoas, e os Pankararu de Pernambuco. Livro didático p.(55).

Para reforçar a pesquisa em relação a esta informação, o estudante pode também, pesquisar com as indicações que o livro em algum momento oferece no canto direito de algumas páginas, indicações escritas: navegar é preciso, com sugestões de alguns sites que viabilizam aos estudantes em posse desses livros, o exercício pela pesquisa em sites e assim na medida do possível, conseguirem sanar algumas curiosidades ou até mesmo dúvidas, que possam permear e por conseguinte não são atendidas no decorrer das aulas, como por exemplo na p.(99) com a proposta de investigação em relação aos povos indígenas do Brasil, quem são, e quantos são, modos de vida etc. uma oportunidade também para o professor titular em sala, planejar uma aula no laboratório de informática da escola e dialogar essas descobertas peculiares, tanto como cultura a ser estudada como o seu tipo de organização de vida e representatividade da população indígena.

Figura 10 - Indígena da Etnia Tupinambá



Fonte: Livro didático – 8º ano - p. (55)

A imagem na Fig.(10) parece ser mais comum no cotidiano da rotina da ONG Thydewa, nos apresenta a inserção dessas etnias indígenas, no processo de aquisição e atribuições dos seus direitos como cidadãos brasileiros.

Fato este, muito interessante para discutirmos em sala de aula, as questões que envolvem preconceitos de que os indígenas não podem adquirir tais tecnologias, como fantasia de que esses povos não conseguem se adaptar a estes meios, e que na verdade, não passa de um mito, e que todos devem primar pelo acesso a informação e participação da formação intercultural, para além do espaço físico contemplando assim o espaço virtual também.

Fig. (11) Contato entre Cristóvão Colombo e os nativos



Fonte livro didático – 8º ano – p.(98)

Com foco da conquista da América pelos europeus, e a apropriação das terras em busca do desenvolvimento do capitalismo comercial ou mercantil, os povos europeus (portugueses, espanhóis, ingleses, franceses e holandeses) no final do século XV, e nos anos iniciais do século XVI, invadem as terras que mais tarde se tornariam a América. Essas terras já eram ocupadas por nativos, como demonstração da Fig.(11) representação de uma pintura por D.K. Bonatti em 1827, o encontro entre Cristóvão Colombo e os nativos americanos em 1492.

A imagem que nos é pintada transparece um ato de acolhimento dos nativos ao receberem Cristóvão Colombo, entretanto o outro lado da moeda em que a história relata é que muitos desses povos que ocupavam a antiga região mesomérica, foram na verdade dizimados por volta do século XV ainda assim, nos deixaram de herança uma rica e diversidade cultural, na contextualização deste livro em estudo, os autores dão maior ênfase na rota da circulação das coloniais que foram fixadas na América do norte, além de exemplificarem os povos pré-colombianos. Deixa também, como sugestão, uma pergunta que compara a ocupação das terras das referidas Américas, quais os territórios que foram ocupados

Figura 12 - gravura do século XVI, retrato dos tipos de Castigos imposto aos indígenas que resistiram ao Domínio europeu



Fonte: Livro didático – 8º ano - p. (103)

Figura 13 - Martin Luther King.



Fonte: Livro didático – 8º ano - p. (142)

Figura 14 - Mulher indígena da Amazônia Colombiana, confeccionando bolsa artesanal (2014)



Fonte: Livro didático – 8ºano - p. (238)

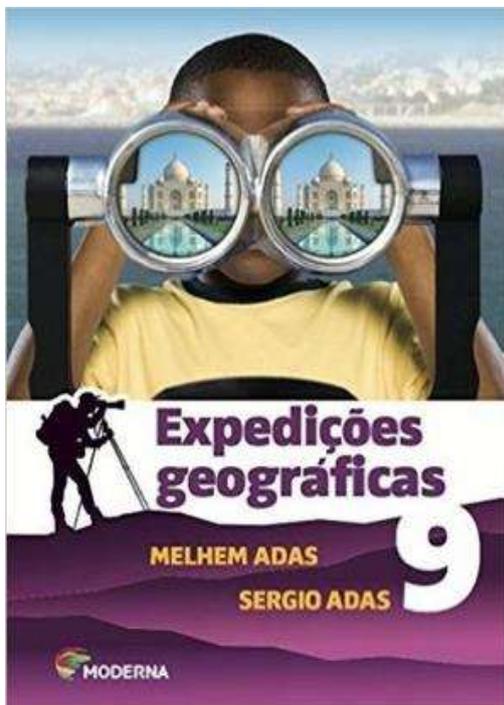
Visando atender as especificidades do ensino básico, observamos que o livro didático do 8º ano, chama a atenção, pois o mesmo traz em sua estrutura catalogada, imagens que nos remete ao processo da historicidade de vínculo internacional, em relação ao nosso estudo, poucas imagens contemplam para melhor entendimento e ludicidade no requisito de apropriação da história e Geografia no Brasil, constituindo assim, um distanciamento de nossas culturas, de conquistas e valorização dos povos que já dominavam este território, como nos mostra as imagens das Figs.(11, 12, 13) primam pela colonização da América do norte, em seguida, contextualiza com os chamados povos pré-colombianos, como a rota retratados em mapas das possessões europeias no século XVII.

Apesar disso, nos deparamos com a imagem da Fig.(14) que confere com o trabalho da mulher indígena colombiana, sem mais explicações, apenas a foto encontra-se destacada no canto esquerdo da p.(238) além da proposta de atividades de percursos na p.(266) a obra Mario Gonzalez Chavajay – na obra: cortando café (2009) – retrata cenas da agricultura, cerimônias religiosas da região da cultura Maia.

Pensando nisso, é necessário, realizamos como propostas pedagógicas em sala de aulas, pesquisas com os alunos, afim de criar inúmeras possibilidades de reflexões, em relação a diversidade cultural para promover conhecimento e entendimento da lei 11.645/08 através de leituras, diálogos, que possibilitem um olhar mais aguçado, para que possamos facilitar o nosso

resgate histórico e assim, contrapormos com a atual conjuntura do nosso País as desigualdades que prevalecem.

Fig.(13) Capa do livro didático



Autor: Melhem Adas, Sérgio Adas

Edição: 2ª Edição

Formato: Impresso

Disciplina: Geografia

Indicação: 9º Ano (EF2)

Dimensões do produto: 20,40 X 27,80

Número de páginas: 264

ISBN: 9788516100193

Fonte: livro didático – 9º ano

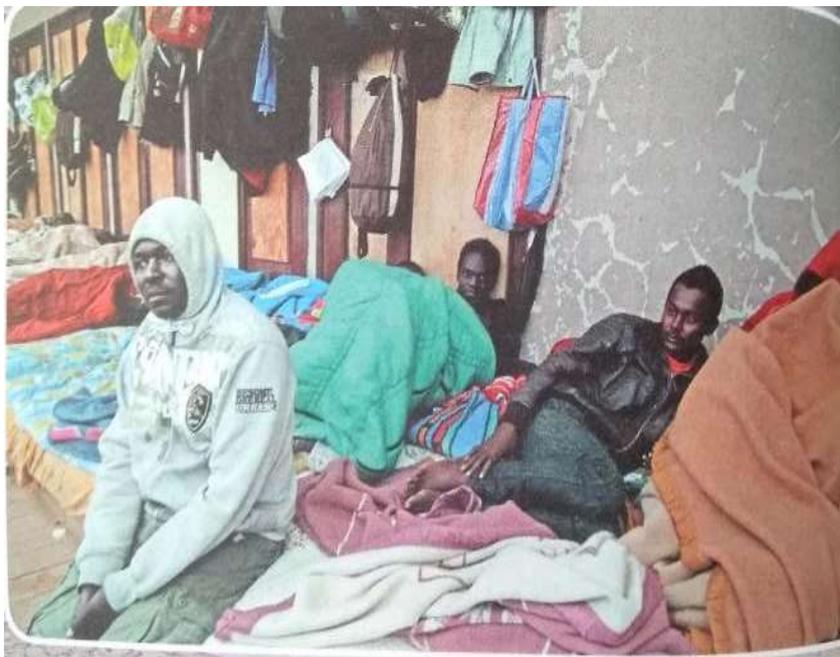
Figura 15 - Médica da ONG médicos Sem Fronteiras



Mais uma vez a participação da mulher negra, nesta Fig(15) onde retrata a atuação de uma médica da Ong Médicos sem fronteira de Batangafo, República Centro-Africana (2013).

Fonte: Livro didático – 9º ano – pág. (37)

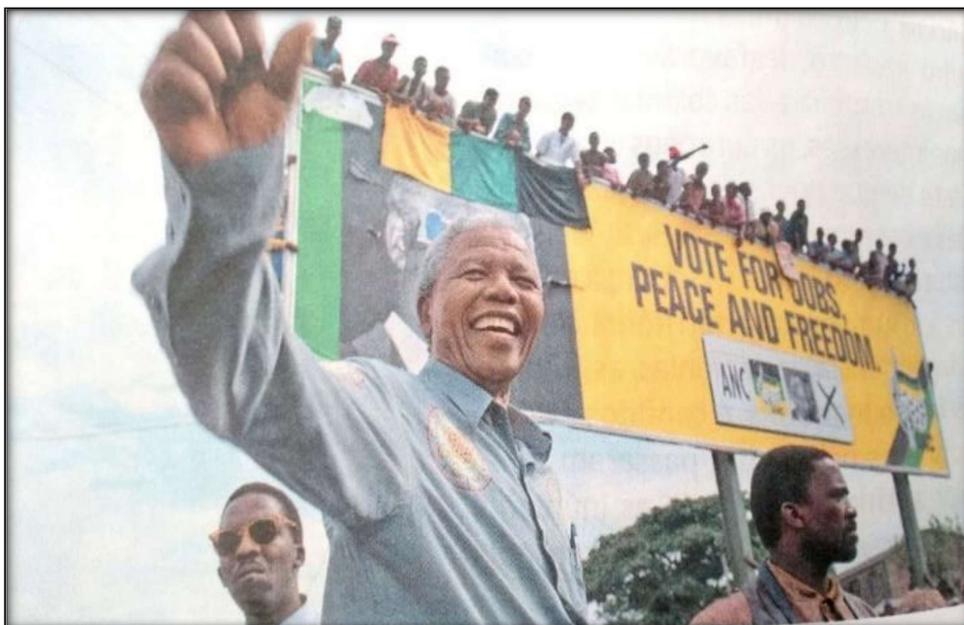
Figura 16- Acampamento de imigrantes ilegais no Sudão da África



Nesta Fig.(16) o retrato do abandono de imigrantes ilegais do Sudão, na África, na cidade de Calais, norte da França (2014).

Fonte: livro didático – 9º ano – p. (80)

Figura 17 - Nelson Mandela - símbolo da igualdade racial na África do Sul



Fonte: livro didático – 9º ano – p. (220)

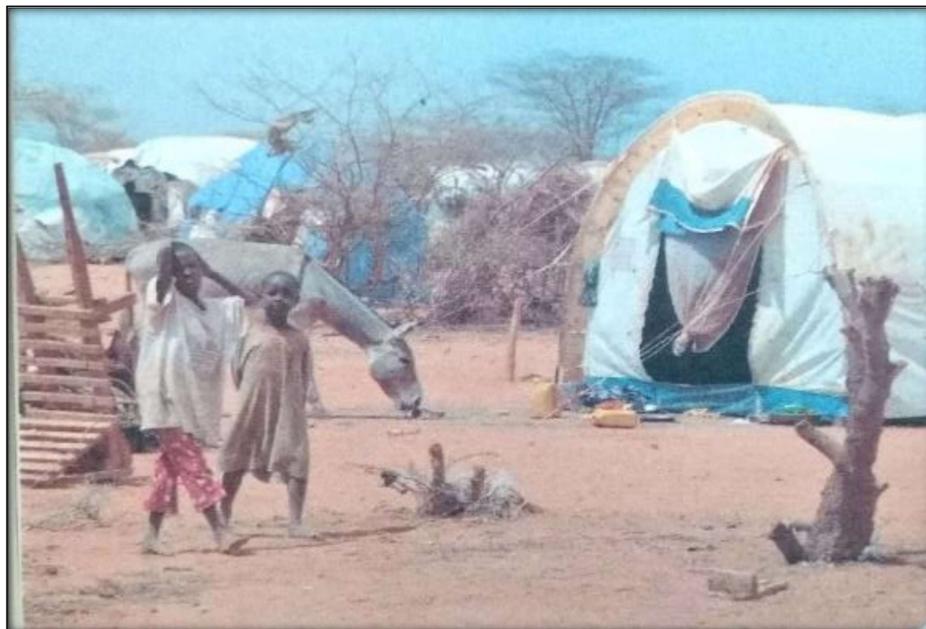
Na Fig.(17) a representação do líder Nelson Mandela, que foi preso em 1964 e 1990, sob a acusação do seu envolvimento contra o apartheid, em favorecimento das lutas contra a segregação e o processo de igualdade. Ganhador do prêmio Nobel da Paz em 1993.

Figura 18 - Manifestações na África do Sul contra o regime do Apartheid.



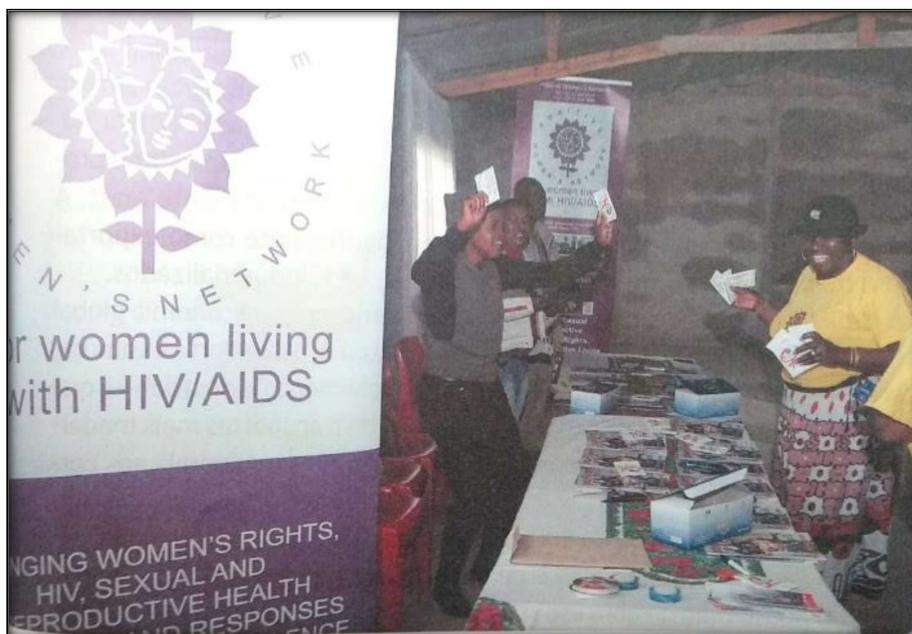
Fonte: Livro didático – 9ºano – p. (221)

Figura 19 - Somalis, Fugidos de conflitos armados na Somália, em campo de refugiados na cidade de Dadaab, no Quênia (2013)



Fonte: Livro didático – 9º ano – p. (236)

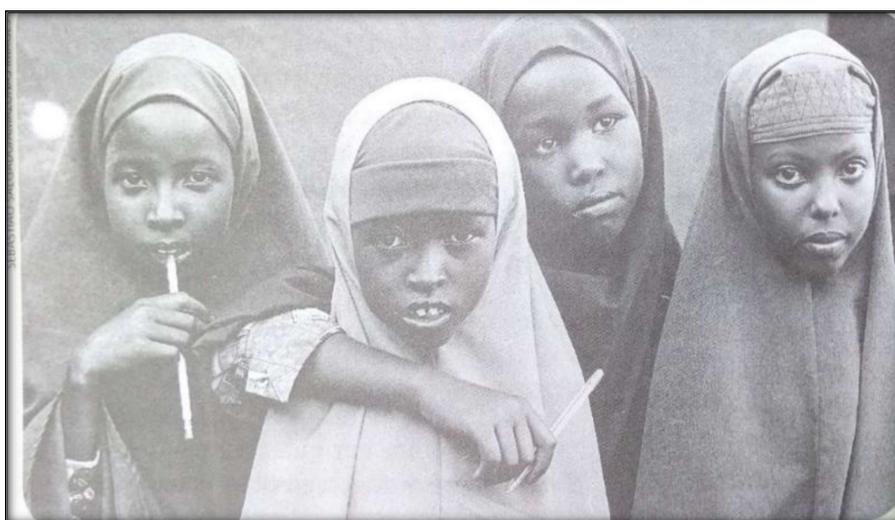
Figura 20 - Mulheres portadoras de HIV trabalham na prevenção da AIDS em Johanesburgo, na África do Sul (2013)



Fonte: Livro didático – 9º ano – p. (239)

O livro traz as vertentes dos aspectos sociais através das epidemias, como Aids, Tuberculose, Malária e outras, que assolam a sociedade africana, Fig.(20) mulheres em tratamento do HIV.

Figura 21- Em muitas escolas Somalis localizadas em territórios controlados por radicais Islâmicos, os meninos e meninas estudam separados



Fonte: Livro didático – 9º ano – p. (244)

Na Fig.(21) o retrato de uma fotografia, tirado por Sebastião Salgado, brasileiro, nascido em minas Gerais, escreveu um livro com titulação “Outras Américas”

retratando a pobreza na América latina além de capturar outras imagens vividas pelas condições humanas, reflexos das desiguais históricas e sócias no mundo

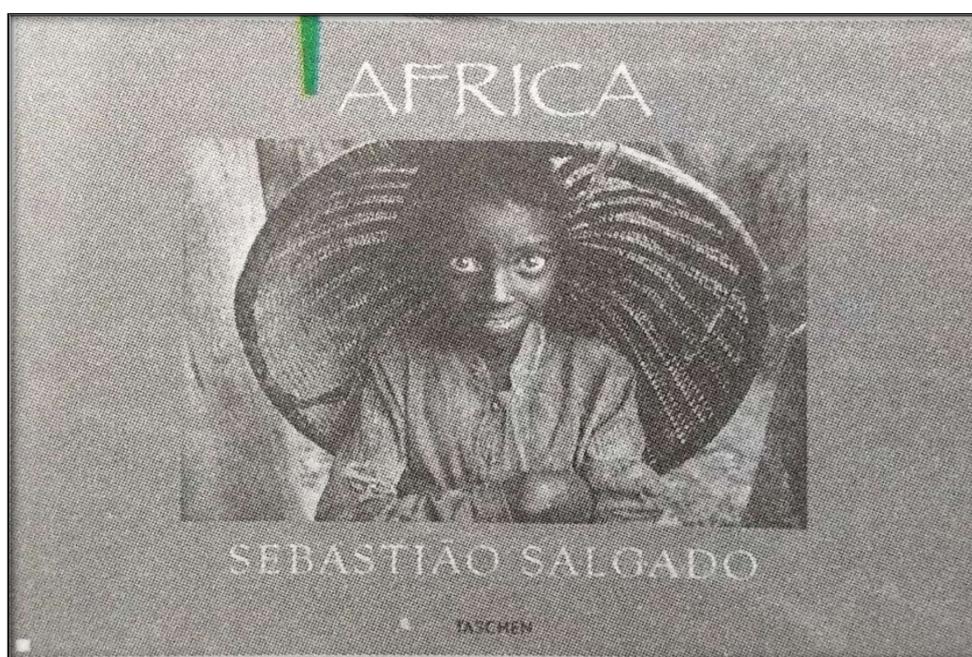
Figura 22 - Refugiados luandenses na região entre Kisangani e Ubundu, do Congo(1997)



Fonte livro didático - 9º ano – p. (245)

Na Fig. (22) outra fotografia de Sebastião Salgado, na série intitulada “África”, retratando os refugiados ruandeses na região entre Kisangani e Ubundu, nordeste do Zaire, atual república democrática do Congo (1997).

Figura 23 - Obra de Sebastião Salgado - Publica África, que revela tanto a dignidade nos povos africanos como as injustiças, as guerras e a pobreza desse Continente (2007)



Fonte: livro didático – 9º ano - pág.(245)

O livro didático do 9º ano, em relação as temáticas que envolvem o negro estão correlacionados a historicidade do exterior, onde visualiza-se um povo, sofrido, isolado, doente, em situação de vulnerabilidade, ou seja, sem perspectivas de uma vida, sem relatos de contribuição em nossa cultura, religião e dialeto, e assim, possibilita ao educando que faz uso desse instrumento, que se depara todos os dias com estes mesmos estereótipos, na sua realidade, pois esses fatos, também são comuns no Brasil.

Em contra partida, é fundamental importância os aspectos que o livro especificamente do 9º ano aborda, uma vez que estes estudantes apresentam uma idade em torno dos 13 a 14 anos e precisam amadurecer as questões que preconizam a historicidade do continente Africano, heranças, conflitos e diversidade, que a priori, não são totalmente contemplados neste objeto balizador de grande relevância para essa modalidade de ensino, uma vez que nossas crianças estão acostumadas apenas com a facilidade das tecnologias, e assim, se habitam a pesquisas rasas, não mais se debruçarem nos livros paradidáticos. Tendo como referência uma visão geral desse continente, que totaliza 55 países, dos quais seis são insulares e 49 são continentais, incluindo o Sudão do Sul, o país mais jovem do mundo, cuja independência foi declarada em 2011.

A tendência, no entanto, é que o número de países continue crescendo, pois a maior parte das fronteiras territoriais dos países africanos é muito frágil, ou seja, envolve constantes disputas por independência ou até por unificação. Grande parte dessas questões está relacionada com o processo de colonização do mesmo.

Ademais, nenhuma imagem da etnia indígena, foi detectada neste último livro que fecha essas coletâneas para uso das séries finais do ensino fundamental, fato este, que favorece o distanciamento e interesse dos nossos educandos, pois favorece uma ideia de que essas etnias, nada contribuíram para nossa formação, ou seja, um verdadeiro engodo, pois assim, como os afrodescendentes, as etnias indígenas, também participaram da formação territorial, cultural, e ainda participam, pois são figuras vivas em nosso cotidiano e merecem todas as referências para os estudos abordados em sala de aula.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma preocupação visível em toda a coleção destes manuais em relação as questões do exercício da cidadania, para a formação desses estudantes que participam desta modalidade de ensino escolar, principalmente com temáticas ambientais, direitos políticos e defesa dos direitos humanos, mas é no espaço geográfico, conceito fundamental da Geografia, que observamos diversas manifestações de natureza, assim como as inter-relações no âmbito de disputa e poder.

Dessa forma o livro didático é importante para a formação desses educandos, embora necessite ser mais articulado com o auxílio de leituras de uso de livros paradidáticos, para melhor fundamentação das questões que envolvem a disciplina de Geografia, no que tange as Relações Étnico-Raciais assim como a diversidade cultural, entretanto, percebe-se que esses manuais supracitados, merecem especial atenção pois os mesmos apesar de oferecer muitas ilustrações de mapas, rotas oceânicas, conservação da Biodiversidade, pouco se explica a participação das imagens relativas a participação dos Afrodescendentes e dos povos indígenas, e não contemplam em nenhum momento a Lei 11.645/08 de forma explícita, tratando de desigualdades étnicas, raciais e de gênero.

Nota-se que a base dos estudos propostos para o desenvolvimento das habilidades reflexivas, quanto ao estudo da formação territorial do nosso País, mediante a nossa miscigenação, ainda encontra-se como desafiador, que deverá ser conduzido também pelo professor titular em sala, pois todos nós sabemos que existem, diretrizes curriculares em que o livro didático também segue como importante aquisição e repasse de conteúdo, de forma que deverão contemplar aos estudantes, e que devido a carga horária, e exaustão de muitos professores, infelizmente ainda estão com traços tímidos e superficiais em relação as contribuições de todos os âmbitos, que contribuem para a formação da nossa sociedade, referentes aos conteúdos de histórias e culturas dos Afrodescendentes e Etnias indígenas.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Entrevista à BBC** <https://www.bbc.com/portuguese/Brasil-44091474> acesso em 10 de junho de 2019.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Produção Didática de História: trajetórias de pesquisas**. Revista de História. São Paulo, n° 164, pp. 87-516, 2011, jan./jun.
- BRASIL, Constituição (1998) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/civil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 10 de março de 2019.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. acesso em 15 de Abril de 2019.
- CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação**, Porto Alegre, n.2, 1990, p.177-229.
- CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, 2004, set./dez.
- CHOPPIN, Alain. **O manual escolar: Uma farsa evidencia histórica**. Hist. Educ. (Online), Porto Alegre, v.13, n.27, 2009, p. 9-75. Acesso em 30 de maio de 2019.
- FERNÁNDEZ, Raimundo Cuesta. **Los textos visibles fundadores del código disciplinar: los libros de texto**. In: Sociogénesis de una disciplina escolar: la 25 historias. Edición original en Pomares-Corredor, Barcelona, 1997, pp. 85-98. (Version electrónica, 2009).
- LIMA, Maria - **Identidade e Ensino de História: Apontamentos Para Pensar Práticas de Redução Étnico-racial** – 2016.
- MOREIRA, Ruy. **O discurso do avesso: para crítica da Geografia que se ensina**/Ruy Moreira- são paulo:contexto,2014.
- MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global/Ação Educativa, 2006.
- PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **Da Geografia que se ensina a gêneses da Geografia moderna**. Florianópolis: UFSC, 1999. P. 21-49
- SANTOS, Lourival; LIMA, Maria. **REEDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES RACIAIS E ENSINO DE HISTÓRIA: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE PROCESSOS DE FORMAÇÃO DOCENTE EM LUGAR DE FRONTEIRAS**: História em Reflexões – pp.25, 2014.
- SANTOS, Milton, **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / 4. ed. 2. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SQUINELO, Ana Paula. Revisões historiográficas: **a Guerra do Paraguai nos Livros Didáticos brasileiros** – PNLD 2011. *Diálogos*, v. 15, n. 1, 2011, p. 19-39.

_____. **Concepções Historiográficas e Ensino de História: a Guerra do Paraguai nas Coleções Didáticas Projeto Radix: História e História, Sociedade & Cidadania** (PNLD 2014). *Diálogos* (Maringá. Online), v. 19, n.3, 2015, p. 1121-1139, set.- dez.

SQUINELO, Ana Paula; CAMPELO, Camila de Souza Cordeiro. **HISTÓRIA, IMAGENS E REPRESENTAÇÕES: ROCHA POMBO E A GUERRA DO PARAGUAI NO MANUAL DIDÁTICO HISTÓRIA DO BRASIL (1900)**. *REVISTA LABIRINTO ANO XVI VOLUME 24 NÚMERO 2 (JAN-JUN) 2016* PP. 282-306.

VESENTINI, José William. **Realidades e perspectivas do ensino de Geografia no Brasil**, In: VESENTINI, José William (Org.). **O Ensino de Geografia no século XXI**. Campinas, SP: Papiros. 2004. (Coleções Papyrus, 2004, p.219-248.